

Os Impactos do Novo CPC sobre o Processo Judicial Tributário – vol.3

Guilherme de Almeida Henriques
Marciano Seabra de Godoi
Rafhael Frattari Bonito
Valter de Souza Lobato
[Coords.]

**Os Impactos do
Novo CPC sobre o
Processo Judicial Tributário**

vol. 3

Os Impactos do Novo CPC sobre o Processo Judicial Tributário

vol. 3

Guilherme de Almeida Henriques
Marciano Seabra de Godoi
Rafhael Frattari Bonito
Valter de Souza Lobato
[Coords.]



Copyright © 2018, D'Plácido Editora.
Copyright © 2018, Os autores.

Editor Chefe
Plácido Arraes

Produtor Editorial
Tales Leon de Marco

Capa, projeto gráfico
Letícia Robini
(Imagem de)

Diagramação
Bárbara Rodrigues

Editora D'Plácido
Av. Brasil, 1843, Savassi
Belo Horizonte – MG
Tel.: 31 3261 2801
CEP 30140-007



WWW.EDITORADPLACIDO.COM.BR

Todos os direitos reservados.
Nenhuma parte desta obra pode ser reproduzida,
por quaisquer meios, sem a autorização
prévia do Grupo D'Plácido.

Catálogo na Publicação (CIP)
Ficha catalográfica

Os Impactos do Novo CPC sobre o Processo Judicial Tributário -- Volume 3.
HENRIQUES, Guilherme de Almeida; GODOI, Marciano Seabra de; BONITO,
Rafhael Frattari; LOBATO, Valter de Souza [Coords.]. -- Belo Horizonte:
Editora D'Plácido, 2018.

Vários autores.

ISBN: XXX-XX-XXXX-XXX-X

1. Direito 2. Direito Tributário I. Título II. Direito

CDU 342

CDD 341.39

GRUPO
D'PLÁCIDO



*
Rodapé



Sumário

Apresentação	17
Sobre os autores	19
1. O contencioso tributário e a importância da coerência jurisprudencial	25
<i>Hugo de Brito Machado Segundo</i>	
Introdução.....	25
1. Graus de manifestação da coerência.....	26
2. Por que a coerência é tão importante?.....	28
3. Incoerência nos fundamentos usados para a solução de questões distintas.....	32
3.1. O exemplo da natureza (aduaneira ou não) do PIS e da COFINS incidentes na importação.....	33
3.2. A titularidade dos depósitos, e de seus acréscimos, feitos para suspender a exigibilidade do crédito tributário.....	34
3.3. O ICMS incidente sobre o transporte de passageiros.....	36
4. Exemplo de coerência e sua relevância para a construção da ordem jurídica.....	37
4.1. Lançamento por homologação e direito de defesa.....	37
4.2. Lançamento por homologação, denúncia espontânea e certidões de regularidade fiscal.....	39
4.3. Lançamento por homologação e prescrição.....	40

5. Remédios disponíveis à solução de incoerências.....	41
5.1. Incoerência entre fundamentos de decisões que enfrentam questões diversas.....	42
Considerações finais.....	43
Referências.....	44

2. Distorções e incongruências da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal na análise da repercussão geral, especialmente em matéria tributária..... 47

Marciano Seabra de Godoi

Aline Chevrant Campos

1. Introdução.....	47
2. Natureza e objetivos do instituto constitucional da repercussão geral.....	48
3. O desvirtuamento do instituto da repercussão geral promovido pelo Regimento Interno do STF (Emenda 31, de 29 de maio de 2009) como motivo da esdrúxula alteração do padrão decisório do tribunal a partir de junho de 2009.....	50
4. A “maldade” da Emenda Regimental 31/2009 e o inconformismo militante do Ministro Marco Aurélio. A insegurança jurídica daí resultante.....	53
5. As enormes diferenças entre o interesse e a participação de cada ministro na temática da repercussão geral.....	56
6. Há critérios e coerência nas decisões do tribunal? Análise de alguns casos em matéria tributária.....	57
7. O ritmo de julgamento do mérito dos temas de repercussão geral em matéria tributária: alguns aspectos preocupantes.....	65
8. Análise das sugestões propostas por Luís Roberto Barroso e Frederico Montedonio Rego para “salvar a repercussão geral” e reverter o seu “fracasso”.....	68
9. Conclusões.....	72
Referências.....	73

3. A dispensabilidade da instauração do incidente de desconconsideração da personalidade da pessoa jurídica como condição da responsabilidade tributária de sócio administrador por débito de pessoa jurídica.....75

Tathiane Piscitelli

1. A desconconsideração da personalidade da pessoa jurídica e a criação de incidente próprio no CPC/2015.....	76
2. Responsabilidade tributária dos sócios no CTN: linhas gerais sobre os artigos 134, inciso VII e 135, inciso III.....	80
3. Responsabilidade dos sócios administradores no artigo 135, inciso III do CTN: extensão e efeitos.....	82
4. Conclusões.....	93
Bibliografia.....	94

4. A tutela antecipada antecedente e a sua estabilização em face da fazenda pública97

Luciano Costa Miguel

Pedro Eliezer Maia

1. Introdução	97
2. A tutela antecipada de natureza antecedente.....	98
2.1. Outras modalidades de tutela, os limites e a possibilidade da estabilização.....	100
3. A tutela estabilizada e a coisa julgada.....	101
3.1. A tutela antecipada antecedente e os honorários advocatícios.....	103
3.2. A tutela antecipada antecedente e a remessa necessária.....	105
4. A estabilização da tutela antecipada em desfavor da Fazenda Pública: limites e possibilidade.....	109
5. Considerações Finais.....	115
Referências Bibliográficas.....	117

5. As alterações da lei nº 13.606/2018 e os seus impactos na ordem processual tributária119

Fernanda Prata Moreira Ribeiro

Leonardo Resende Alvim Machado

1. Introdução.....	119
2. As alterações da lei nº 13.606, De 9 de janeiro de 2018.....	123
2.1 Da publicidade de dados da dívida ativa – artigo 20-b, §3º, i, da lei nº 10.522/2002.....	125
2.2. Da indisponibilidade antecipada de bens – artigo 20-b, §3º, ii, da lei nº 10.522/2002.....	128
2.2.1. Medida cautelar fiscal.....	133
2.3. Da definição da responsabilidade de terceiros em âmbito administrativo – artigo 20-d, i, ii e iii, da lei nº 10.522/2002.....	134
Conclusões.....	146
Bibliografia.....	147

6. Os limites argumentativos da fazenda pública em juízo na defesa do crédito tributário..... 151

Frederico Menezes Breyner

1. Introdução.....	151
2. O lançamento tributário e a verificação da ocorrência do fato gerador da obrigação tributária.....	152
3. A demanda judicial de invalidade do lançamento em juízo por ausência de verificação da ocorrência do fato gerador da obrigação tributária.....	157
4. A vinculação da fiscalização tributária aos atos normativos da Administração Pública e a demanda judicial que pleiteia a aplicação desses atos.....	160
5. Conclusão.....	162

7. Averbação pré-executória pela PGFN..... 165

Leonardo de Andrade Rezende Alvim

1. Introdução.....	165
2. O dispositivo legal e sua regulamentação pela Portaria PGFN n.º 33/2018.....	166
3. O conceito de “Garantias e Privilégios do Crédito Tributário”.....	168

4. Garantias do Crédito Tributário e Lei Complementar.....	170
5. Análise sobre a existência de reserva de jurisdição para realizar a Averbação Pré-Executória.....	174
6. Compatibilidade entre a Lei n.º 13.606/2018 e o art. 185-A, do CTN e a necessidade ou não de lei complementar.....	177
7. A restrição ao direito de propriedade.....	182
Conclusões.....	186

8. Recursos representativos de controvérsia e incidente de resolução de demandas repetitivas: impactos nas execuções fiscais..... 189

Daniela Victor de Souza Melo

1. Introdução.....	189
2. Do reconhecimento dos casos repetitivos.....	194
3. Efeitos das decisões de reconhecimento da repetição de demandas.....	197
4. Demandas repetitivas e execução fiscal.....	201
4.1. Natureza jurídica das ações de execução por quantia certa.....	203
4.2. Inaplicabilidade do sobrestamento nos processos de execução fiscal – uma única ressalva.....	208
5. Conclusões.....	212
Referências bibliográficas.....	213

9. A técnica de julgamento ampliado no código de processo civil..... 215

Hercules Fajoses

Introdução.....	215
1. Os recursos no Direito Processual Civil vigente.....	216
1.1. O duplo grau de jurisdição.....	216
1.2. A taxatividade dos recursos.....	217
1.3. Os princípios recursais à luz da Constituição Federal de 1988.....	218

2. Embargos infringentes.....	219
3. O Art. 942 do NCPC.....	220
3.1. Natureza jurídica.....	221
Conclusão	222
Referências.....	223

10. O modelo cooperativo de processo, as normas fundamentais e a tutela jurisdicional executiva..... 225

Diógenes Baleeiro Neto

1. Introdução.....	225
2. A tutela jurisdicional executiva e as normas fundamentais do processo civil brasileiro.....	225
3. Processo e cooperação.....	232
4. Os deveres decorrentes do modelo cooperativo do processo no contexto da atividade jurisdicional executiva.....	238
Conclusão.....	244
Referências bibliográficas.....	245

11. A fazenda pública em juízo negócios jurídicos processuais tributários..... 247

Camila de Souza Rodrigues

Marcelo Hugo de Oliveira Campos

1. Introdução.....	247
2. A Fazenda Pública em Juízo: negócios jurídicos processuais tributários.....	256
3. Conclusão.....	271
Bibliografia.....	272

12. NCPC e o dever de fundamentação das decisões..... 275

Henrique Napoleão Alves

1. Introdução.....	275
--------------------	-----

2. Sentido e alcance do dever de fundamentação.....	276
2.1. Fundamentar: apresentar razões.....	276
2.2. Base normativa ampla.....	278
2.3. Relatório, fundamentação e dispositivo: imprescindíveis.....	280
2.4. Sentenças e acórdãos.....	285
2.5. As máximas de Grice como bússola	286
2.6. Proibição da mera indicação de fundamento genérico, paráfrase, conceito indeterminado ou súmula/precedente.....	288
2.7. Solução justificada de antinomias.....	290
2.8. É nula a decisão que deixa de seguir súmula, jurisprudência ou precedente invocado pela parte?.....	292
2.9. Dever de interpretar decisões integralmente e de boa-fé.....	293
2.10. Inconstitucionalidade da decisão que contém apenas o resultado do julgamento.....	294
2.11. Remissão, em decisão recursal, aos fundamentos da sentença.....	295
2.12. Fundamentação de sanções reservadas.....	296
2.13. Direito das partes de ver seus argumentos considerados.....	296
3. Observações conclusivas.....	300
Referências.....	302

13. Competência territorial para processamento das execuções fiscais no código de processo civil de 2015... 307

Guilherme de Almeida Henriques

1. Introdução.....	307
2. Da Competência Territorial para Processamento das Execuções Fiscais.....	309

3. Das Ações Direta de Inconstitucionalidade n ^o s 5.492 e 5.737.....	316
4. Dos Casos em Andamento.....	318
5. Conclusão.....	322
Referências Bibliográficas.....	323

14. A desconsideração da personalidade jurídica no novo código de processo civil (lei nº 13.105/2015) e o seus reflexos na responsabilização de sócios e administradores em âmbito tributário..... 325

Juselder Cordeiro da Mata

1. Introdução.....	325
2. A personalidade jurídica como afetação de patrimônio a determinada atividade.....	326
3. A desconsideração da personalidade jurídica.....	328
3.1. Breve panorama histórico.....	329
3.2. Causas objetivas e subjetivas.....	331
3.3. O incidente de desconsideração da personalidade jurídica (art. 133 e ss., CPC/2015).....	333
4. A responsabilização de sócios e administradores em matéria tributária e a desconsideração da personalidade jurídica.....	335
4.1. Lançamento, processo administrativo e responsabilidade à luz do Código Tributário Nacional.....	335
4.2. Responsabilidade tributária e desconsideração da personalidade jurídica.....	338
5. Conclusão.....	344

15. Recursos extraordinário e especial em matéria tributária: as normas gerais de direito tributário e a importância dos arts. 1.032 e 1.033 Do cpc/2015..... 345

Carlos Victor Muzzi Filho

1. Introdução.....	345
--------------------	-----

2. A interposição simultânea dos recursos extraordinário e especial: dificuldades decorrentes da aplicação das normas gerais de Direito Tributário.....	346
3. Os artigos 1.032 e 1.033 do CPC/2015: a “conexão normativa” entre o recurso extraordinário e o recurso especial e a melhor interpretação das novas regras.....	352
4. Breve exame da aplicação dos arts. 1.032 e 1.033 do CPC/2015 pelos tribunais superiores.....	360
5. Considerações finais.....	364
Bibliografia.....	365

16. O *case management*, os negócios processuais e as ações tributárias..... 367

Valter de Souza Lobato

Bernardo Cordeiro Kaufmann

1. Introdução.....	367
2. Case management.....	369
2.1. Negócios jurídicos processuais.....	375
2.2. As convenções processuais no Direito Tributário.....	378
3. Considerações finais.....	383
Referências.....	383

17. As técnicas de *distinguishing* e *overruling* em julgamentos tributários do TJMG..... 387

Érika Villar

Vinícius Augustus de Vasconcelos Rezende Alves

1. Introdução.....	387
2. Técnica de distinção (<i>distinguishing</i>).....	388
2.1. No CPC/2015.....	388
2.2. Na jurisprudência do tjmg.....	389
3. Técnica de superação (<i>overruling</i>).....	399
3.1. No CPC/2015.....	399

3.2. Na jurisprudência do tjmg.....	400
4. Conclusões.....	402
Referências bibliográficas.....	403
18. Averbação pré-executiva: breve análise.....	407
<i>Glauber Mesquita</i>	
<i>Rafhael Frattari</i>	
1. Introdução.....	407
2. Procedimentos da Averbação Pré-Executória.....	409
3. Contexto de criação da averbação pré-executória.....	411
4. Análise de inconstitucionalidade formal.....	416
5. As inconstitucionalidades materiais da averbação pré-executória.....	418
5.1 A reserva de jurisdição	418
5.2 A ampla defesa	422
5.3. O direito de Propriedade e a Proporcionalidade.....	423
5.4 A Livre iniciativa.....	428
6. Conclusões.....	431
19. Incidente de desconsideração da personalidade jurídica e as relações jurídico-tributárias – (im) possibilidade de aplicação aos feitos executivos tributários.....	433
<i>Flávio Couto Bernardes</i>	
<i>Clarissa Freitas Sá e Verçosa</i>	
1. Introdução.....	433
2. Metodologia de análise.....	434
3. Desconsideração da personalidade jurídica e seu respectivo incidente processual.....	435
3.1. Desconsideração da personalidade jurídica – surgimento e finalidade.....	435

3.2. Incidente de desconsideração da personalidade jurídica – novidade do cpc/2015 e posituação da jurisprudência.....	439
4. (In)compatibilidade entre normas – responsabilidade tributária e desconsideração da personalidade jurídica.....	441
4.1. Responsabilidade na teoria geral das obrigações.....	442
4.2. Responsabilidade tributária.....	446
4.3. Desconsideração da personalidade jurídica em face da responsabilidade tributária.....	448
5. Inaplicabilidade do incidente de desconsideração aos feitos tributários – um debate em curso.....	456
6. Conclusão.....	467
Referências.....	468

Apresentação

No primeiro volume desta obra¹, publicado às vésperas da entrada em vigor do Código de Processo Civil de 2015, tivemos a oportunidade de abordar a crise vivenciada pelo Poder Judiciário, decorrente de uma conjuntura de fatores de ordem cultural, estrutural e legislativa, bem como as soluções previstas no novo código para se conferir previsibilidade, consistência e celeridade à prestação jurisdicional.

Já no segundo volume², publicado um ano após a entrada em vigor do CPC/2015, fizemos um balanço sobre a aplicação destas soluções pelos Tribunais, sem a pretensão de realizar uma análise quantitativa da jurisprudência, em razão do pouco tempo de vigência do novo código, mas sim uma abordagem qualitativa de julgados representativos dessa nova realidade e de seus impactos sobre o processo judicial tributário.

Nesse terceiro volume, o que se vê são artigos bastante críticos, que exigem maior coerência na fundamentação das decisões dos Tribunais Superiores, em especial, dos provimentos vinculantes, bem como na utilização dos mecanismos previstos pelo CPC/2015 para se conferir maior celeridade à prestação jurisdicional, como as técnicas de julgamento de demandas repetitivas e recursos representativos de controvérsia.

São abordadas, também, questões bem práticas, envolvendo a concessão de tutelas provisórias em face da Fazenda Pública, a uti-

¹ HENRIQUES, Guilherme de Almeida; GODOI, Marciano Seabra de; BONITO, Rafael Frattari & LOBATO, Valter de Souza [coords.]. *Os Impactos do Novo CPC sobre o Processo Judicial Tributário*. Belo Horizonte: D'Plácido, 2016.

² HENRIQUES, Guilherme de Almeida; GODOI, Marciano Seabra de; BONITO, Rafael Frattari & LOBATO, Valter de Souza [coords.]. *Os Impactos do Novo CPC sobre o Processo Judicial Tributário – vol. 2*. Belo Horizonte: D'Plácido, 2017.

lização do incidente de desconsideração de personalidade jurídica nas execuções fiscais e a recentíssima averbação pré-executiva, sem olvidar das soluções alternativas para a solução de controvérsias, como os negócios jurídicos processuais em matéria tributária.

Enquanto no primeiro volume tivemos a participação dos alunos dos cursos de Pós-Graduação em Direito Tributário da PUC Minas e da Faculdade de Direito Milton Campos, no segundo volume, contamos com a valorosa colaboração de representantes da advocacia pública, que voltam a contribuir com esse terceiro volume, realizando um excelente trabalho, ao apresentar os efeitos do CPC/2015 sobre a gestão do crédito tributário, as execuções fiscais e o modelo colaborativo de processo.

A novidade desse terceiro volume gira em torno da participação inédita de autores de outros estados e de representantes da Magistratura, que também contribuíram com ótimos artigos sobre temas de interesse não só do Direito Processual Tributário, mas de todo o Processo Civil, como a técnica de julgamento ampliado prevista pelo art. 942 do CPC/2015.

Mais uma vez, foi fundamental para a realização desse trabalho o apoio da Editora D'Plácido, por meio de seu Editor Chefe, Plácido Arraes, um incansável incentivador das letras jurídicas mineiras, que tem conquistado posição de destaque no mercado editorial nacional.

Assim, é com grande alegria e satisfação que entregamos à comunidade acadêmica e aos operadores do Direito em geral este terceiro volume da obra coletiva “Os Impactos do novo CPC sobre o Processo Judicial Tributário”, esperando poder contribuir com o debate e com o aprimoramento dos institutos consagrados pelo CPC/2015.

Gostaríamos, por fim, de agradecer a todos aqueles que tornaram possível a realização deste trabalho, em especial, aos autores que, mesmo com o sacrifício pessoal, não mediram esforços para contribuir com esta obra. A todos vocês, o nosso muito obrigado!

Os Coordenadores

Sobre os autores

Aline Chevrand Campos

Mestre em Administração Pública pela Fundação João Pinheiro. Especialista em Direito Tributário. Bacharel em Direito e em Ciência da Computação. Auditora Fiscal da Receita Estadual (MG).

Bernardo Cordeiro Kaufmann

Pós-graduando em métodos adequados de solução de controvérsias pela Escola Brasileiro de Direito - EBRADI. Bacharel em Direito pela Faculdade Milton Campos. Assistente judiciário na 2ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça de Minas Gerais.

Camila de Souza Rodrigues

Mestranda em Direito nas Relações Econômicas e Sociais na Faculdade de Direito Milton Campos. Especialista em Direito Público pela PUC/MG. Advogada.

Carlos Victor Muzzi Filho

Mestre e Doutor em Direito Tributário pela Faculdade de Direito da UFMG. Professor dos Cursos de Graduação e Mestrado da Universidade FUMEC. Advogado e Procurador do Estado de Minas Gerais.

Clarissa Freitas Sá e Verçosa

Bacharel em Direito pela UFMG. Advogada.

Daniela Victor de Souza Melo

Mestre em Direito Tributário pela UFMG. Professora do Curso de Pós-Graduação em Direito Tributário do Centro de Atualização em Direito – CAD. Procuradora do Estado de Minas Gerais.

Diógenes Baleeiro Neto

Mestre em Direito pela Escola Superior Dom Helder Câmara/MG – ESDHC/MG. Professor do Curso de Pós-Graduação em Direito Processual Civil da PUC/MG. Professor do Curso de Graduação em Direito da ESDHC/MG. Procurador do Estado de Minas Gerais.

Érika Villar dos Reis

Especialista em Direito Tributário pela PUC/MG. Bacharel em Direito pela Universidade Federal de Ouro Preto – UFOP. Advogada.

Fernanda Prata Moreira Ribeiro

Mestre em Direito Público pela Universidade FUMEC. Professora de Tributário e Direito Processual Tributário do Curso de Graduação em Direito do Centro Universitário Newton Paiva e do Centro Universitário UNA. Advogada.

Flávio Couto Bernardes

Mestre e Doutor em Direito Tributário pela UFMG. Professor adjunto de Direito Financeiro e Tributário da UFMG. Professor de Direito Financeiro e Tributário e do Mestrado e Doutorado da PUC/MG. Advogado. Procurador do Município de Belo Horizonte.

Frederico Menezes Breyner

Mestre e Doutor em Direito Tributário pela UFMG, com estágio-doutoral na *University of California, Berkeley* (EUA) e período de pesquisador visitante na *Università degli Studi di Torino* (Itália). Professor de Direito Tributário e Financeiro da Faculdade de Direito Milton Campos. Advogado.

Glauber Antônio Mesquita

Especialista em Direito Tributário pela PUC/MG. Bacharel em Direito pela Universidade Federal de Ouro Preto. Advogado.

Guilherme de Almeida Henriques

Mestre em Direito Tributário pela UFMG. Especialista em Direito da Economia e da Empresa pela FGV. Professor dos Cursos de Pós-Graduação em Direito Tributário da PUC/MG e da Faculdade de Direito Milton Campos. Diretor do Instituto de Estudos Fiscais - IEFi. Advogado.

Henrique Napoleão Alves

Doutor em Direito pela UFMG. Pós-doutoramento em Direito pela Universidade de Coimbra. Professor do Curso de Graduação em Direito de Faculdade de Direito Milton Campos. Membro da Associação Brasileira de Direito Tributário - ABRADT, do Instituto de Estudos Fiscais - IEFi - e da *American Society of International Law* - ASIL. Diretor da Associação Mineira de Direito Internacional - AMIDI. Advogado.

Hercules Fajoses

Desembargador Federal do TRF da 1ª Região e Vice-Diretor da ESMAF - Escola da Magistratura Federal da 1ª Região.

Hugo de Brito Machado Segundo

Mestre e Doutor em Direito. Professor da Faculdade de Direito da Universidade Federal do Ceará (Graduação, Mestrado e Doutorado) e do Centro Universitário Christus (Graduação e Mestrado). *Visiting Research Scholar* da *Wirtschaftsuniversität*, Viena, Áustria (2012/2013 - 2015/2016). Membro do ICET - Instituto Cearense de Estudos Tributários e do IBDT - Instituto Brasileiro de Direito Tributário. Advogado.

Juselder Cordeiro da Mata

Mestre em Direito Tributário pela Faculdade de Direito Milton Campos. Especialista em Direito Tributário pela PUC/MG. Professor de Direito Tributário da Faculdade Batista. Diretor da Associação Brasileira de Direito Tributário - ABRADT. Membro do Instituto dos Advogados de Minas Gerais - IAMG. Advogado.

Leonardo de Andrade Rezende Alvim

Mestre em Direito Público pela PUC/MG. Especialista em Gestão em Direito Tributário pela FGV. Professor de Direito Tributário da

Escola Superior Dom Helder Câmara em Belo Horizonte (ESDHC).
Procurador da Fazenda Nacional.

Leonardo Resende Alvim Machado

Mestre em Direito Tributário pela UFMG. Professor dos Cursos de Graduação em Direito do Centro Universitário Newton Paiva e dos Cursos de Pós-Graduação em Direito Tributário da PUC/MG e da Universidade Gama Filho/RJ. Advogado.

Luciano Costa Miguel

Mestre em Direito pela Escola Superior Dom Helder Câmara/MG – ESDHC/MG. Especialista em Direito Tributário pela Universidade Anhanguera UNIDERP. Professor do Curso de Graduação ESDHC/MG. Diretor do Centro de Altos Estudos da PGFN em Minas Gerais. Procurador da Fazenda Nacional.

Marcelo Hugo de Oliveira Campos

Mestrando em Direito nas Relações Econômicas e Sociais pela Faculdade de Direito Milton Campos. Especialista em Direito Tributário pelo IBET. Fundador e Diretor do Instituto Mineiro de Direito Tributário – IMDT. Advogado.

Marciano Seabra de Godói

Doutor em Direito Financeiro e Tributário pela Universidade Complutense de Madri, com pós-doutorado na Universidade Autônoma de Madri. Mestre em Direito Tributário pela UFMG. Professor da PUC/MG. Presidente do Instituto de Estudos Fiscais – IEFi. Advogado.

Mariane Andreia Cardoso dos Santos

Mestranda em Direito pela Universidade Federal de Minas Gerais. Advogada.

Pedro Eliezer Maia

Mestre em Direito Público pela PUC/MG. Especialista em Direito Público pela PUC/MG. Professor de Direito Tributário da ESDHC/MG. Diretor Executivo do Instituto de Estudos Fiscais – IEFi. Advogado.

Rafhael Frattari Bonito

Doutor e Mestre em Direito Tributário pela UFMG. Professor dos Cursos de Mestrado e Graduação da Universidade FUMEC. Vice-Presidente da Associação Brasileira de Direito Tributário – ABRADT. Advogado.

Tathiane Piscitelli

Mestre e Doutora em Direito pela Universidade de São Paulo. Professora de Direito Tributário e Finanças Públicas da Escola de Direito de São Paulo.

Valter de Souza Lobato

Doutor e Mestre em Direito Tributário pela UFMG. Professor dos cursos de Graduação e Pós-Graduação em Direito Tributário da Faculdade de Direito Milton Campos. Presidente da Associação Brasileira de Direito Tributário. Advogado.

Vinicius Augustus de Vasconcelos Rezende Alves

Especialista em Direito Tributário pelo IBET. Bacharel em Direito pela UFMG. Advogado.

No primeiro volume desta obra, publicado às vésperas da entrada em vigor do Código de Processo Civil de 2015, tivemos a oportunidade de abordar a crise vivenciada pelo Poder Judiciário, decorrente de uma conjuntura de fatores de ordem cultural, estrutural e legislativa, bem como as soluções previstas no novo código para se conferir previsibilidade, consistência e celeridade à prestação jurisdicional.

Já no segundo volume, publicado um ano após a entrada em vigor do CPC/2015, fizemos um balanço sobre a aplicação destas soluções pelos Tribunais, sem a pretensão de realizar uma análise quantitativa da jurisprudência, em razão do pouco tempo de vigência do novo código, mas sim uma abordagem qualitativa de julgados representativos dessa nova realidade e de seus impactos sobre o processo judicial tributário.

Nesse terceiro volume, o que se vê são artigos bastante críticos, que exigem maior coerência na fundamentação das decisões dos Tribunais Superiores, em especial, dos provimentos vinculantes, bem como na utilização dos mecanismos previstos pelo CPC/2015 para se conferir maior celeridade à prestação jurisdicional, como as técnicas de julgamento de demandas repetitivas e recursos representativos de controvérsia.



ISBN 978-85-8425-645-7



9 788584 256457